

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.619, DE 2025

Regulamenta a atuação das Escolas de Saúde Pública no âmbito do SUS.

**Autor:** Deputado JORGE SOLLA

**Relatora:** Deputada LÍDICE DA MATA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.619, de 2025, apresentado pelo Deputado Jorge Solla, tem como objetivo regulamentar o funcionamento das Escolas de Saúde Pública dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando essas instituições como pilares estratégicos para a formação profissional, a educação continuada e a produção de conhecimento voltado às demandas da saúde pública no Brasil.

A proposta reconhece essas escolas como entidades públicas de natureza técnico-científica, com autonomia pedagógica, científica e administrativa, vinculadas às diversas esferas governamentais, sempre em conformidade com a legislação vigente. Ao definir suas atribuições, o projeto destaca a importância da qualificação da força de trabalho, da gestão de recursos humanos, da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica, atribuindo às escolas um papel essencial no fortalecimento institucional do SUS.

Além disso, o texto valoriza a articulação entre ensino, serviço e comunidade, aproximando os processos formativos da realidade dos territórios e das necessidades da população. Reafirma também princípios fundamentais do Sistema, como a descentralização, a regionalização, a interdisciplinaridade, a participação social, a equidade e o reconhecimento dos saberes locais e populares.



As atribuições conferidas às Escolas de Saúde Pública consolidam seu papel como instâncias organizadoras e articuladoras da formação e da educação permanente em saúde, em consonância com os processos de planejamento e gestão da força de trabalho no SUS. O Projeto busca garantir que essas instituições sejam capazes de promover a participação, produzir e disseminar conhecimento, desenvolver tecnologias educacionais e preparar profissionais para atuar em situações de emergência em Saúde Pública. Essa abordagem amplia a atuação das escolas para além da formação tradicional, posicionando-as como agentes estratégicos de inovação e resposta em contextos críticos.

Outro ponto de destaque é a articulação em rede prevista no texto, que viabiliza a cooperação técnica e pedagógica entre escolas, centros formadores, universidades e instituições de pesquisa. Essa integração fortalece a disseminação de metodologias, o intercâmbio de experiências e a valorização da educação como prática transformadora do cuidado em saúde, contribuindo para a coesão do SUS e ampliando sua capacidade de formar profissionais comprometidos com seus princípios.

A Comissão de Saúde aprovou o projeto na forma de substitutivo, conforme voto da Deputada Ana Pimentel:

“[...] embora extremamente meritório o texto original do Projeto, consideramos necessário apresentar um texto Substitutivo, para conferir maior clareza e abstração normativa, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, ao explicitar que se tratam de normas gerais e ao resguardar a autonomia organizacional dos entes federativos; reorganizar o conteúdo para evitar repetições e dar unidade entre finalidades, princípios e competências, com ênfase na formação em serviço, na educação permanente e na gestão do conhecimento; harmonizar a terminologia do SUS e prever a articulação com o campo educacional, sem prejuízo da autonomia universitária; remeter aspectos operacionais da atuação em rede ao regulamento, o que preserva generalidade da norma; e fixar “vacatio legis” suficiente para a implementação ordenada da Lei porventura aprovada”.



A proposição sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) no regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD). Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alínea “a” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa do projeto e substitutivo sob exame.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa concorrente da União (art. 24, XII e § 1º, CF) e às atribuições normativas do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF). Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Do ponto de vista da constitucionalidade material e juridicidade, o projeto valoriza princípios fundamentais do sistema de saúde, como a descentralização, a regionalização, a interdisciplinaridade e a participação social. Está de acordo com o disposto na Constituição Federal (art. 198, inciso III), que estabelece a exigência de organização das ações de saúde em redes regionalizadas e hierarquizadas, e à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 1990), que reforça a importância da formação e da valorização dos trabalhadores como condição para a consolidação do SUS.

A técnica legislativa e a redação empregadas foram ajustadas pelo substitutivo da Comissão de Saúde que conferiu maior clareza e abstração normativa, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, ao explicitar que se tratam de normas gerais e ao resguardar a autonomia organizacional dos entes federativos; reorganizou o conteúdo para evitar repetições e promover coerência entre finalidades, princípios e competências, destacando-se a valorização da formação em serviço, da educação permanente e da gestão do conhecimento; harmonizou a terminologia do SUS,



prevendo-se, ainda, a articulação com o campo educacional, respeitada a autonomia universitária; remeteu aspectos operacionais da atuação em rede ao regulamento; e estabeleceu uma *vacatio legis* adequada para viabilizar a implementação ordenada da eventual lei aprovada.

Diante do exposto, o votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.619, de 2025, na forma do Substitutivo da Comissão de Saúde.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada LÍDICE DA MATA  
Relatora

